

COMENTÁRIOS MARGINAIS ÀS COMPETÊNCIAS DA BNCC PARA AS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS (NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA INTERDISCIPLINARIDADE)

Walter Marcos Knaesel Birkner¹
Ana Clarisse Alencar Barbosa²

RESUMO: Apresentamos alguns comentários sobre cada uma das seis denominadas Competências para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, recomendadas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento que norteia os pressupostos da Educação do Brasil para o Ensino Básico. Nossa perspectiva de análise sobre tais Competências é orientada pela perspectiva da interdisciplinaridade e objetivada a vislumbrar as possibilidades de inserção do tema do Desenvolvimento e de sua variante local-regional nos conteúdos curriculares do Ensino Médio. Ao largo, propomos que as Ciências Humanas, notadamente a partir da Sociologia, promovam aproximações com outras áreas do conhecimento, como a Economia e as Ciências Naturais, facilitando a inserção do tema do Desenvolvimento no seu espectro analítico.

Palavras-chave: BNCC, desenvolvimento, desenvolvimento regional, Sociologia e interdisciplinaridade.

ABSTRACT: We present some comments on each of the six so-called Competencies for Human and Social Sciences, recommended by the Common National Curriculum Base – BNCC, a document that guides the assumptions of Education in Brazil for Basic Education. Our analytical perspective on such Competences is guided by the perspective of interdisciplinarity and aimed at envisioning the possibilities of inserting the theme of Development and its local-regional variant in the curriculum content of High School. From the outside, we propose that the Human Sciences, especially from Sociology, promotes approaches with other areas of knowledge, such as Economics and Natural Sciences, allowing the insertion of the topic of Development in its analytical spectrum.

Keywords: BNCC, development, regional development, Sociology and interdisciplinarity.

Com poucas exceções, o que chamamos a sociologia hoje é, por um lado, uma terrível extravagância de ideologia e debates - uma floresta de palavras - que atendem pelo nome de teoria e, no outro, uma miscelânea de descobertas desinformadas pela teoria e exalando tais quantidade de trivialidades que até os sociólogos consideram mortificantes. Nós estamos em uma crise profunda.
Joseph Lopreatto, sociólogo italiano (1928-2015)

Como sabemos, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC é o documento oficial a orientar os pressupostos da Educação brasileira no Ensino básico. Na forma de habilidades e competências, influenciarão a conformação de currículos e conteúdos do Ensino superior, a começar pelas licenciaturas, pela óbvia razão da formação de professores para o Ensino

¹ Doutor em Ciências Sociais. Uniasselvi, E-mail: 988188898wa@gmail.com

² Doutora em Educação. Uniasselvi. E-mail: ana.alencar@uniasselvi.com.br

básico. Por extensão, precisamos admitir que isso se estende aos outros cursos, de formação direta para o mercado de trabalho, e por duas razões que precisam estar claras. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que as duas principais preocupações estratégicas da BNCC dizem respeito à formação para a cidadania e para o trabalho. Em segundo lugar, precisamos entender que a formação educacional, da infantil à superior, requer alguma continuidade, sem rupturas de compromisso entre as etapas de formação “integrada” de conhecimentos. Trata-se de um processo paulatino, sim, de assimilação gradual, não obstante, essencial aos propósitos da Educação contemporânea.

No presente texto, apresentamos comentários às seis competências das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E o faremos na perspectiva do conceito de desenvolvimento (incluindo os adjetivos local-regional), procurando vislumbrar o tratamento interdisciplinar às proposições que a BNCC sugere às disciplinas que compõe esta grande área. Não nos interessa uma análise global dessas competências, nem está ao nosso alcance fazê-lo. Nosso interesse é relacionar as competências com a ideia-força do desenvolvimento, endossada nos pressupostos da BNCC. As preocupações com o desenvolvimento local e regional são ali mencionadas com frequência e coincidem com nosso interesse. Além disso, a temática do desenvolvimento está amplamente contemplada no documento, coincidindo com os compromissos de organismos internacionais comprometidos com a promoção do desenvolvimento, como a OCDE e a Unesco (BNCC, 2018, p. 13).

Portanto, nossos comentários fazem parte de uma proposição geral pela reinserção da temática do desenvolvimento nas Humanidades, notadamente, na Sociologia. Dali, o conceito foi expurgado por razões que não pormenorizaremos aqui, mas que vem desde a recusa às abordagens consideradas eurocêntricas, deterministas e vinculadas ao evolucionismo. Há, seguramente, muita correção nas críticas sociológicas e antropológicas nessa direção. Todavia, o evolucionismo nas Humanidades já sofreu ampla revisão há décadas, como demonstrou o sociólogo polonês Piotr Zstompka (1999, p. 201-23), em *A sociologia da mudança social*. Desde então, o neoevolucionismo tem permitido um entendimento mais complexo e variado acerca dos problemas e possibilidades do desenvolvimento, embora a hegemonia da Sociologia introdutória brasileira tem ignorado essa perspectiva.

Portanto, nos parece a hora de retomar os argumentos em favor do desenvolvimento, principalmente em função das necessidades territoriais. Nesse sentido, nossa proposição não é voz isolada, ao contrário, respaldada nos próprios pressupostos da

BNCC. E, sem desviar desses pressupostos, procuraremos apresentar comentários sobre o que percebemos nas “entrelinhas” das competências relativas às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nessa perspectiva, o faremos sempre preocupados com a ideia-força do desenvolvimento e o método interdisciplinar.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO.

- 1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial** em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e **tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.**

Comentário:

Em primeiro lugar, destaque-se a preocupação em exercitar a análise nas dimensões espaciais-territoriais e temporais. É importante reconhecer a preocupação de que sejam levados em consideração a esfera local e regional, sem perder de vista a nacional e mundial. Ora, isso remete a preocupação do agir localmente e pensar globalmente, expressão usada pela Agenda 21. Embora essa expressão não diga tudo, reflete a preocupação dos redatores da BNCC com a formação de indivíduos capazes de relacionar suas identidades locais-regionais com a dimensão nacional, mas também mundial. Remete ao objetivo de formar um “cidadão do mundo” nos aspectos ético e informacional, ao mesmo tempo dotado de senso de pertencimento e comprometido com a cultura local-regional e mesmo nacional. Por extensão disso, remete à ideia de uma formação cívica e cidadã que leve o indivíduo a se interessar em participar democraticamente da vida comunitária e da política nacional, ao mesmo tempo preocupado com as questões mundiais relativas, por exemplo, ao desenvolvimento sustentável e ao interesse pela diversidade cultural e pela paz mundial.

Em segundo lugar, cabe perceber a preocupação de que alunos sejam capazes de analisar os mencionados processos de modo a compreender a dimensão temporal e histórica dos fatos e fenômenos sociais. Não há novidade nisso, pois é sociologicamente sabido que

tempo histórico e contexto territorial influenciam decisivamente nossos comportamentos. Toda geração e toda cultura possuem peculiaridades. Mas é oportuno observar que, conquanto não seja um objetivo expresso na ideia, trata-se de demonstrar aos jovens a realidade contemporânea como resultado da mudança social, em constante aceleração.

Se isso parece pouco, vamos combinar: a mudança social é, especificamente, o *leitmotiv* das Ciências Sociais, principalmente da Sociologia. É fato que parte de qualquer Sociedade e algumas sociedades sejam pouco dispostas a mudança. Entretanto, a transmutação tem sido a regra do processo civilizatório e, na Sociedade mundial, informacional e conectada, parece inimaginável que esse processo histórico sofra alguma solução de continuidade. Conquanto movimentos nacionalistas ou de antiglobalização possam alterar o processo, ainda estaremos falando de mudanças. Mas estancar o movimento da história, com a tecnologia da informação de que dispõe a humanidade, além da competição, parece inimaginável. E, se não estamos autorizados a afirmá-lo em relação à Filosofia, é categórico que a mudança social tenha sido o *elã* da Sociologia. Compreender as causas e consequências da mudança social foi e deve ser a função infinita e primeira dos sociólogos. E, se apenas lembrarmos de um dos fundadores da Sociologia, é a regra de ouro que Marx encontra na luta de classes: refazer a vida, diariamente. Como advertem Lopreato (1999) e Ztompka (1999), essa é a regra que ajudou a fundar a Sociologia e, se isso parece necessário de ser lembrado, é porque parece, às vezes, esquecida na Sociologia, ainda que de modo paradoxal. Na sua defesa das culturas marginais ao processo civilizatório do Ocidente, como na crítica às instituições tradicionais, muitos sociólogos e outros cientistas sociais parecem enxergar na mudança uma imposição cultural opressiva.

Em terceiro lugar, nos parece indispensável captar o significado lato da proposição em favor da “pluralidade de procedimentos epistemológicos”. Além do que isso queira dizer, é preciso considerar a dimensão interdisciplinar aqui implícita e, mais que isso, ultrapassar as fronteiras demarcadas entre as Ciências Humanas e outras ciências. No processo de “desnaturalização da vida”, a Sociologia, por exemplo, perdeu o elo inicial com as ciências da natureza, que fizera parte de sua própria constituição. Mesmo Emile Durkheim e Max Weber podem ser minimamente responsabilizados por isso, afinal, sugeriram essa distinção. Mas, a finalidade foi demarcar o terreno da Sociologia e não se opor ao contato com outras ciências, mesmo que por analogias. Não fora propósito de nenhum deles o de quebrar a comunicação interdisciplinar. O organicismo evolucionista de Durkheim, por exemplo, é inspirado na própria Biologia, a mesma que inspirou Herbert Spencer, precursor da

Sociologia inglesa. Por sua vez, Weber estabeleceu relações interdisciplinares notáveis entre cultura e economia, por exemplo. Mas a Sociologia surgiu no contexto das especializações do conhecimento, isto é, da divisão do trabalho científico, o que ajudou na afirmação de cada ramo do conhecimento. Nessa perspectiva, para se afirmar, uma ciência precisaria de um objeto próprio e, no sentido amplo, o objeto das Ciências Sociais tinha de ser em oposição à natureza, isto é, a cultura.

Mais de um século depois, a evolução das Ciências Humanas requer aproximações interdisciplinares e intercientíficas que, de modo geral, tem sido sugeridas de fora delas, advindas de outras ciências, como na Física de Hidalgo (2015), na Botânica, em Mancuso (2021), na Zoologia de Dawkins (1979), na Biologia de Maturana & Varela (1995), na Etologia, com Peyreffitte (1999) e na Sociobiologia de Lopreato (1999), para citar apenas alguns que conhecemos fora do âmbito das Humanidades. Nessas áreas, parece haver uma disposição mais aberta, menos corporativista, de estabelecer relações interfronteiriças com as Ciências Humanas. Entretanto, o método de “desnaturalização”, vigorosamente vigente na Sociologia, parece estabelecer um contrapeso à interciência, em função de abordagens em voga e influentes no processo educacional. Aparentemente, não se trata de algo intencional, talvez nem mesmo consciente, e sim relacionado à coerência do significado de desnaturalização. São produto disso, por exemplo, os estudos de gênero, no interior do que a desnaturalização é uma poderosa premissa à aceitação da diversidade identitária, já que a compreensão tradicional a ser “desconstruída” sobre o significado da palavra gênero vem da Biologia. Nesse sentido, muito ainda haverá de se dizer, mas percebe-se que a fragilidade contemporânea da Sociologia, estendida às Ciências Humanas e sociais aplicadas, tem sido negar qualquer possibilidade de leis como na Biologia. Orientados pela premissa da diversidade cultural, somos induzidos a negar a previsibilidade das ações humanas e receosos de submeter diferentes culturas às mesmas previsões e tendências, como se, humanos, pudéssemos nos distinguir a tal ponto.

Entre tudo, isso demonstra a força do relativismo nas Humanidades. Parece inegável reconhecer que o relativismo tenha uma inegável contribuição à compreensão sociológica amplificada sobre as diferenças culturais e uma contribuição ética pouco questionável sobre a necessidade de preservação da imensa diversidade cultural no Planeta. Nessa perspectiva, não se pode tratar o relativismo como um erro. Mas é certo que ele cria um problema à Sociologia, ao combater qualquer generalização (lei social) extensível a todos os grupos humanos, como se faz, por exemplo, nas ciências naturais. Nessa perspectiva, a rigor, nem

mesmo seria possível usar, muito menos propor, a ideia-força do desenvolvimento, tampouco do desenvolvimento local-regional. É que, se admitimos que o desenvolvimento é uma realidade ou um anseio em qualquer sociedade, estamos sugerindo uma lei social. Ainda que se admita toda a diversidade cultural em cada realidade territorial, tornando o desenvolvimento uma ideia muito mais flexível, estamos tratando de uma tendência universal. Assim, o próprio desenvolvimento configura uma lei e não estamos falando de uma conjectura, mas de algo que, com o perdão da redundância, é uma tendência ou um anseio perceptível na maioria das sociedades humanas.

Voltando à oposição entre natureza e cultura, no afã de afirmar sua condição de ciência, com objeto próprio e exclusivo, a Sociologia tratou de tomar a si a cultura e separá-la das coisas da natureza. Esse cisma, que tem razões complexas e até certo ponto justificáveis, como já dissemos, gerou a forte afirmação vigente nas ciências humanas e sociais, segundo a qual não há leis da Sociedade e, portanto, não há leis sociológicas. E a premissa disso é que humanos se diferenciam do reino animal porque produzem cultura. Como existe a diversidade cultural, relativizando verdades e leis, não haveria leis universais aplicáveis ao conjunto das sociedades humanas. Nessa lógica, se não há leis universais, tampouco devem existir instituições universais. Com toda a celeuma que isso deverá gerar, por parte inclusive dos que rechaçam qualquer aproximação das Ciências Humanas e Sociais com as ideias de Darwin, fato é que as Humanidades têm se revelado contemporaneamente, mais do que nunca, distantes dos ensinamentos de seus clássicos, por discutíveis que sejam. E, para dar apenas um exemplo aqui, é justamente a ideia de mudança social que deixou de ser vista como uma lei da humanidade. Apesar de ter sido o fenômeno original a chamar a atenção dos pensadores sociais que constituíram as Ciências sociais, a mudança social parece ter deixado de ser considerada uma lei universal (LOPREATO, 1999; ZSTOMPKA, 1999).

Não percamos o entendimento disso. Não é que a Sociologia não admita as mudanças sociais, o que seria totalmente descabido. Mudanças estão em curso o tempo todo em velocidade crescente e as Humanidades não têm desprezado isso, ao contrário, até mesmo engajados estão muitos pensadores sociais e ativistas intelectuais, a exemplo da aceitação da diversidade e do multiculturalismo. Contudo, e por conta da influência do relativismo, o que a Sociologia parece não querer admitir, é que a mudança social seja uma característica constante e extensível a toda a humanidade. Mais do que isso, que ela tenha um sentido evolutivo e se confunda com o significado do que denominamos desenvolvimento. Ora,

porque não admitir que todo o movimento contemporâneo de inclusão, de combate ao racismo e a outras formas de intolerância, assim como a infusão da “sustentabilidade” ambiental e social ao conceito de desenvolvimento, significam uma evolução cultural, a confirmar a premissa de Talcott Parsons, segundo a qual, a evolução se manifesta através do diálogo e das leis (Parsons, 2010)?

A ideia da mudança constante, assim como a sua constatação na observação sociológica, influenciou decisivamente as formulações de Herbert Spencer, mas também de Karl Marx, August Comte, Emile Durkheim e Max Weber, para citar somente alguns (LOPREATO, 1999, p. 34). E a ideia da mudança social constante é simplesmente o *leitmotiv* do evolucionismo, outra lei que a Sociologia hegemônica considera inaplicável. O problema disso é que, como já dissemos, compromete o trato conceitual e analítico da ideia-força do desenvolvimento. Ora, simplesmente, porque não faz sentido falar em desenvolvimento sem admitir a mudança social como uma necessidade. Inclusive, estamos nos referindo a mudanças culturais para qualquer sociedade em busca do desenvolvimento. A própria ideia-força da diversidade, uma bandeira institucional no Ocidente democrático, implica a recusa de certa tradição e a aceitação de uma evolução moral. As implicações disso são enormes e complexas e põe a Sociologia em cheque. Não somente o fenômeno da mudança social constante precisa ser reconsiderado, mas também as ideias de sistema, de competição-conflito e de cooperação. Sem mencionar outras, por enquanto, é preciso dizer que estas são ideias e fenômenos caros ao conceito de desenvolvimento e, por extensão, de desenvolvimento regional. E se isso não é um problema à Sociologia, advertamos, contudo, que essas ideias são elementos constitutivos à própria teoria da evolução. E isso é constrangedor à Sociologia que, de modo geral e em nome da desnaturalização da vida social, tem negado qualquer recorrência ao evolucionismo e, por extensão, às ciências da natureza.

Somente por motivos de ordem corporativista é que as Ciências Sociais ignoram a atualidade do evolucionismo de Darwin. E diga-se, isso não se confunde com o darwinismo social, ideia vulgar e não científica, corretamente criticada nas Ciências Humanas. O evolucionismo tem a ver com a plataforma analítica, com o método comparativo e com toda a revisão do darwinismo, ignorada propositalmente na Sociologia brasileira e em boa parte do Mundo. Quando falamos em plataforma analítica, significa sugerir que a análise das sociedades pode perfeitamente usar a perspectiva da Biologia, para não falar de outras, a fim de descrever os fenômenos sociais no mesmo sentido da Biologia evolucionista. É preciso

insistir que isso em nada tem a ver com os erros grosseiros do darwinismo social, inspirados na ideia da luta sangrenta pela vida. Ao contrário, tem a ver com o revisionismo darwinista, que explica a sobrevivência através de sistemas de cooperação bem ajustados. E, na medida em que a Biologia tem uma plataforma explicativa que sirva de analogia ao que acontece no mundo social, não deveria haver temor algum em utilizá-la. Nesse sentido, tampouco a defesa da diversidade enfrentaria qualquer constrangimento. Ao contrário, comparar a importância da diversidade social, por analogia, com a importância vital da biodiversidade no mundo da natureza facilitaria enormemente as explicações sociológicas.

2. **Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços**, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

Comentário

Nesta segunda competência, a preocupação da BNCC está primordialmente direcionada à constituição histórica do poder e de como ele se materializa a partir e através da ocupação do espaço ao longo do tempo. Nessa perspectiva, são as categorias tempo e espaço que norteiam a proposição geral. E, considerando nosso propósito de tudo relacionar ao tema do desenvolvimento, é oportuno observar essa aproximação temática, porque o desenvolvimento também compreende a devida consideração das categorias tempo e espaço. É claro que essa competência tem uma aproximação direta com a Geografia. Não obstante, a categoria tempo é inevitavelmente histórica e permite outras conexões interdisciplinares, juntamente com a Geografia. Senão, vejamos. Não é de hoje, nem de poucos, a lembrança sobre a importância de considerações multifacetárias na análise do desenvolvimento de locais, regiões e territórios. A advertência é conhecida dos estudiosos do desenvolvimento regional e remete à consideração geral de que a análise ultrapasse a dimensão econômica, material e econométrica. É necessário considerar aspectos culturais, políticos, socioeconômicos, educacionais, ambientais, institucionais e tudo o mais que possa revelar-se importante. Tais aspectos se mostram relacionados causalmente com a economia e capazes de explicar o desenvolvimento econômico ou obstáculos ao desenvolvimento. Essa dimensão mais ampla torna não apenas possível, mas necessária, a utilização das categorias espaço e tempo.

E é também por essa perspectiva não reducionista de análise do desenvolvimento, que percebemos que o sucesso analítico das políticas públicas e de proposições em seu favor depende de considerar as diferenças em cada local, região ou território. Isso não impede que uma perspectiva analítica geral (uma plataforma teórica) explique a realidade local. Não requer, portanto, uma análise exclusivamente particular para cada caso e inaplicável a outros casos. Isso inviabilizaria as Ciências Sociais. Também não impede que uma política pública nacional ou estadual seja aplicável a todos os casos particulares, o que inviabilizaria a função estatal. Mas, uma e outra necessitam de pequenas adaptações, em função de observar e constatar diferenças locais-regionais que sejam relevantes. Fugir disso torna ineficiente a análise dos casos particulares ou a aplicação de políticas.

Nessa perspectiva, todos os aspectos típicos mencionados acima, e o que mais se mostrar importante, deve ser considerado. E essas dimensões, que muitos autores chamam de espaços intercalados, precisam ser consideradas como construções históricas, que assim surgem e tanto podem permanecer como modificar ao longo do tempo. Assim, o desenvolvimento local-regional tem a ver com aspectos endógenos e exógenos. Embora muito se discuta sobre o grau de relevância, não há como negar que o desenvolvimento regional seja, em certa medida, o resultado de aspectos culturais, socio-antropológicos, que chamamos aqui de endógenos. Tem a ver com as instituições informais, isto é, hábitos, costumes, valores e normas e outros possíveis, como os ambientais, climáticos e geofísicos. Tem peso local-regional e ocasionam as diferenças locais-regionais. Além desses, há os aspectos institucionais formais, isto é, leis, regras e normas estatais, que chamamos de exógenos. E, é claro, há uma combinação entre eles em qualquer lugar, geralmente pouco perceptível. Somente essa consideração gera uma magnitude conceitual e interpretativa que é de difícil controle interpretativo, o que nos autoriza a lembrar que o tema do desenvolvimento é complexo e não redutível à economia. Por outro lado, a devida consideração à complexidade do que compõe o desenvolvimento regional não significa um desmerecimento à economia. As distinções insistentemente feitas nas, pelo menos, nas últimas três décadas entre crescimento econômico e desenvolvimento são lógicas e ajudaram a compor uma concepção ampla e contemporânea do desenvolvimento. Esse entendimento é uma contribuição sociológica e basta vê-la refletida nos índices contemporâneos de desenvolvimento, adotados por organismos internacionais e largamente aceitos.

Contudo, muitos dos antirreducionistas revelam antipatias e desprezo às abordagens economicistas tradicionais. Nessa direção, observam os professores de história econômica Vieira & Santos (2021, p. 348), o desenvolvimento, sim, “depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade, embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população”. Portanto, desenvolvimento tem a ver com a capacidade de gerar riquezas e aumentá-las, além de distribuí-las. E isso é indispensavelmente o resultado de um esforço econômico, aliado à diligência política, dois fatores por sua vez causalmente ligados a outros de ordem essencialmente social, elucidáveis pelas Ciências Humanas. O empreendimento reflexivo e de renovação constante das Ciências Humanas, desde a Sociologia, implica a necessidade de superar a rejeição à economia produtiva. Se é nessa esfera que podem ser apontadas as causas da desigualdade, é também na economia que encontramos as causas do combate a essa condição. Isso não está bem entendido na Sociologia, que insiste que a desigualdade é produto do conflito entre os interesses capitalistas em oposição aos interesses da vontade geral. Nem mesmo parecem chamar à atenção de sociólogos as posturas do denominado *woke capitalism*, que fazem convergir ações e interesses de grandes corporações com os valores e aspirações progressistas (MENA, 2020).³

Por conta desse foco na suposta centralidade analítica do conflito, e descartada a utopia do socialismo, a única percepção possível continua sendo a de que o confronto com a desigualdade social nunca seria voluntariamente eficaz. A única solução seria, então, necessariamente política, ideia que subjaz, de modo insinuante, toda a abordagem sociológica desde a redemocratização até hoje no Ensino Médio brasileiro (BIRKNER e BAZZANELLA, 2018). A origem dessa abordagem, predominante por décadas, está na conhecida Sociologia crítica (às superestruturas do modo de produção capitalista). E é óbvio que a morada dessa interpretação desatualizada sobre a economia está nos cursos de graduação, onde sua hegemonia tem sido ameaçada pelas abordagens de revivida crítica aos valores, instituições e teorias tradicionais do Ocidente. Foi necessário que os problemas locais e regionais oriundos do processo de globalização econômica do fim do século XX despertassem a atenção das ciências sociais para a investigação desses problemas. Foi esse

³ O que, no mundo corporativo, se tem denominado de nova economia, vem da expressão *woke capitalism*, que significa “a prática utilizada por grandes corporações, bancos ou qualquer um que vise lucro, de propagar consciência social sobre questões emergentes como racismo, sexismo, homofobia, toxicidade corporativa etc. (...). Em 1917, o dicionário Oxford incluiu a definição de *woke* como adjetivo, cujo significado é “consciência para questões políticas e sociais, especialmente o racismo” (MENA, 2020).

fenômeno que renovou os estudos sobre o desenvolvimento e provocou renovadas investigações empíricas no plano local-regional, realizadas por economistas, geógrafos, agrônomos, cientistas políticos, mas também sociólogos, antropólogos, entre outros. Um dos resultados mais relevantes desse processo foi a constatação de que as consequências da globalização nas regiões não eram homogêneas. As regiões respondiam diferentemente aos problemas e, enquanto umas se viam prejudicadas, outras respondiam de modo virtuoso aos efeitos da globalização. Em outras palavras, algumas respondiam economicamente melhor que outras.

Mas não se tratou de uma simples reedição da divisão centro-periferia, desenvolvidos-subdesenvolvidos, manufaturados e recursos naturais etc. Nesse sentido, a conhecida interpretação cepalina e macroeconômica de que as regiões periféricas estariam presas ao artilheiro centro-periferia passou a dividir o espaço analítico com outras abordagens. Por extensão, a indução de políticas orientadas pelo planejamento central também perdera a exclusividade no confronto ao neoliberalismo. A ideia de que o planejamento central governamental deveria superar os entraves de mais uma etapa da divisão internacional do trabalho ignorava forças aparentemente discretas, porém reais e endógenas. Entre o *laissez faire* e a centralização do Estado leviatã, percebeu-se uma ativa Sociedade dos indivíduos e suas redes de cooperação. Essas forças endógenas geram sinergias que se mostraram indispensáveis entre Estado e Sociedade no enfrentamento de problemas gerados pela globalização. Não obstante, essas forças de origem histórico-cultural de longa data permitiram melhor entendimento sobre como certas sociedades, certas nações, regiões e locais espalhados pelo Mundo conseguem prosperar, economicamente e politicamente. É uma reconfiguração interpretativa negligenciada pela Sociologia, quando se fala em “configurações dos poderes regionais”. E, desde a última década do século passado, as investigações regionais desenterraram novas e importantes explicações sociológicas sobre o problema do desenvolvimento.

É certo que a globalização econômica, pela abertura dos mercados, aumentou ferozmente a competição econômica e fragilizou economias regionais. É certo também que as renegociações das dívidas de governos nacionais e subnacionais recrudesceram a capacidade de investimento, mas esse fato também mostrou no que estavam assentadas as bases dos equilíbrios governamentais precários: aumentos progressivos da dívida pública a saciar o interesse de rentistas e protecionismo econômico a favorecer o capitalismo interno pouco competitivo. Uma hora isso iria implodir e foi com a globalização. Por outro, o que as

investigações regionais demonstraram de sociologicamente mais produtivo foi a capacidade de certas regiões e economias de reagirem melhor que outras aos efeitos da globalização. A resposta veio da Sociologia e da Antropologia Cultural, como Alexis de Tocqueville já havia mostrado, em *Democracia na América*: as redes de cooperação e confiança entre agentes econômicos, mas também políticos, se demonstraram eficazes, gerando o paradoxo de que a cooperação explica a competitividade econômica. Embora haja desdém por parte dos defensores do planejamento centralizado, de grandes planos e das teorias macro, essa constatação ofereceu novo vigor ao raciocínio sociológico. Afinal, razões de ordem sociológica ajudavam a explicar os entraves e as possibilidades do desenvolvimento regional.

Cooperação e laços de confiança são fatores constituídos historicamente em cada sociedade e, conquanto os haja em todas, em alguns espaços geográficos e em alguns tempos históricos, podem ser mais explicitados do que em outros. Mais que isso, em alguns espaços ou tempos históricos tais fatores podem estar mais ou menos relacionados à economia e serem identificados como causas do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, abre-se, aos cursos de graduação e no Ensino Médio a perspectiva de estudar a Sociedade, no microcosmo das cidades e microrregiões, aspectos relacionados a esses fatores endógenos e às relações interdisciplinarmente explicáveis que isso pode ter com economia, sistema político, educação, isso pra ficar apenas nos temas gerais. E, de quebra, valorizamos os indivíduos, nas suas potencialidades e nos seus “projetos de vida”, mas em contextos coletivos. Como sugerem Vieira e Santos (2021),

Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade.

Contudo, precisamos ainda escapar do determinismo cultural. Algumas vezes, as inferências a favor desses fatores como explicativos do sucesso receberam críticas. A principal delas foi a suposta indução de que, se tais fatores determinam, então não haveria solução onde eles são fracos. É uma crítica lógica, no entanto, respostas advindas, por exemplo, da Etologia, com Allain Peyrefitte (1999) procuram demonstrar que a cooperação e a confiança não seriam exclusivamente produtos cultura, mas uma predisposição humana, cuja cultura apenas poderia potencializar. E se isso parece razoável, processos de cooperação e valores associáveis podem ser estimulados, seja pelas políticas públicas que incentivem

processos de cooperação para soluções a problemas locais-regionais, seja pela economia, através dos incentivos a processos de formação de associações e cooperativas, seja pela Educação.

Direcionando nosso interesse para este último fator, na Educação, podemos pensa-lo pela disseminação de valores. Mas, se isso for impulsionado exclusivamente por decisão ética baseada na crença moral sobre as virtudes da cooperação e da confiança, podemos cair em ilusões recorrentes do idealismo, menosprezando o realismo antropológico. Portanto, antes de sugerir a disseminação de valores e ideias-força, ainda que baseados em evidências teóricas, será necessário incentivar a investigação científica nas graduações para nos certificarmos da validade dessas premissas. Isso nos deixa à vontade para sugerir a preocupação acadêmica com evidências a serem buscadas na realidade. Podemos buscar evidências sobre a cultura cooperativa ou anti-cooperativa, sobre a eficácia econômica dos processos cooperativos ou da eficácia das políticas de sinergia entre Estado e Sociedade, no âmbito local-regional.

3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Comentário:

Em relação a esta competência, vislumbra-se a possibilidade de potencial abordagens relativas ao desenvolvimento “em âmbito local (e) regional” (BNCC, 2018, p 570). Nessa perspectiva, as ciências humanas e sociais podem explorar temas importantes como o “pertencimento” e a “identidade”, ao largo de temas correlatos, avalizados por pressupostos gerais e específicos da BNCC, como os recomendados nesta terceira competência das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Há um reconhecimento pleno na BNCC quanto à importância de preservar as características culturais dos povos em nome da diversidade cultural no Planeta e isso se projeta sobre o tema do desenvolvimento local-regional.

No plano da interciência, essa preocupação sugere uma correspondência analítica com a importância da diversidade e da preservação das espécies no mundo da natureza.

Coincidência ou não, a diversidade cultural parece tão vital à humanidade quanto a diversidade biológica no universo não humano, da zoologia e da botânica. E, antes que isso pareça um movimento reacionário ao encontro da Biologia, trata-se tão somente de analogias úteis entre as ciências, simples artifícios metodológicos de explicação lógica das coisas (LOPREATO, 1999). Não há porque teme-los, imputando a esse tipo de approach interdisciplinar um suposto e “nocivo” organicismo. É apenas analogia, mas se a Biologia evolutiva ou a Psicologia darwinista trouxer evidências de equivalência, isso não deveria amedrontar as Ciências Humanas e Sociais.

Quanto às preocupações com a diversidade cultural em âmbito mundial, não podemos isentar sua defesa de alguma dúvida moral. Afinal, o respeito aos costumes mais exóticos nem sempre coaduna com o padrão moral e a ética pretensamente universal – ainda que uma pretensão ocidental – quando se trata de desrespeitos aos direitos humanos. Tirando isso, parece recomendável o esforço de justificar a valorização de abordagens à cultura de cada região onde os alunos estão inseridos. Ou seja, é ensinar a valorizar a cultura local, desde os modos de organização econômica, política, moral e artística, mostrando seu entrelaçamento e interdependência. Por extensão, é igualmente dever da Sociologia e áreas afins demonstrar como cada uma dessas esferas interfere na conformação da outra e forma o amálgama coletivo e sistêmico que influenciará na formação do caráter de cada indivíduo pertencente a cada cultura.

Valorizar significa fazer o indivíduo entender o quanto há de potência no orgulho e na autoestima coletiva e o que significa na constituição de identidades e no senso de pertencimento. Seja na coragem dos antepassados, nas habilidades de sobrevivência às agruras da natureza ou na capacidade de a ela se harmonizar, seja nas habilidades cognitivas e físicas capazes de transformar os recursos em artifícios, seja na capacidade de cooperar, de cuidar do futuro das crianças, tudo deve ser resgatado na cultura “em âmbito local (e) regional”. E, a partir dessa interpretação sobre os elementos endógenos, é possível potenciar o orgulho de ser, estímulo psicossocial frequentemente desprezado por conta do enaltecimento individual de nossa cultura contemporânea. A descoberta do capital social como um elemento existente em cada sociedade permite a percepção das capacidades endógenas na promoção do desenvolvimento. Permite, pois, a descoberta de relativa autonomia, a força política e econômica da solidariedade e a energia psicossocial do sentido de pertencimento, além de menor dependência, muitas vezes exclusiva, dos fatores exógenos, sejam quais forem. Além disso, essa mesma consciência sobre o valor e a defesa

da identidade local-regional tende a forjar a compreensão sobre a tolerância e o respeito necessários para com todas as formas diferentes de identidade coletiva.

Essa é uma tarefa a ser desenvolvida em cada região, cada município. Não há uma fórmula, não há narrativa previamente formulada para isso e nem parece conveniente que haja. É necessário que docentes e pesquisadores de cada local, microrregião ou unidade federativa estadual, encontrem os melhores exemplos, assuntos, fenômenos e abordagens de sua microrregião, a serem explorados como objetos de pesquisa e reflexão. Nesse sentido, vem as formas de produção, as características das relações sociais, as expressões morais e artísticas de cada lugar. E, a propósito dessa recomendação, também não há garantias de que tudo que possamos encontrar nos permita um conjunto harmonioso de características.

Outrossim, é importante observar que a proposição em defesa da diversidade cultural aqui diz respeito ao âmbito local-regional. Com o perdão da redundância, corresponde à cultura no âmbito geográfico, isto é, dos territórios. Tem a ver com o orgulho de pertencer, não há grupos muito específicos, mas à comunidade, ao lugar físico. Não está diretamente relacionado às escolhas comportamentais, mas aos vínculos involuntários de coesão social dos indivíduos com o coletivo. Remete ao orgulho etológico de ser manauara, macuxi, potiguar, guarani, da serra, do vale, do mar ou da floresta e infinitos, às centenas, talvez milhares de outros Países à fora. Funcionam como fatos sociais, armaduras psicológicas e morais que os indivíduos, em suas comunidades ou longe delas, usam no enfrentamento aos desafios da vida. No limite, trata-se da diversidade cultural de cada Sociedade territorialmente assentada, onde aspectos de identidade coletiva estão geograficamente situados.

Portanto, não estamos nos referindo a grupos sociais específicos, cuja abordagem contemporânea nos remete ao movimento intelectual e político de crítica às instituições da civilização ocidental. Esse conceito de diversidade ou de “democracia diversitária” tem a ver com os atuais movimentos identitários inclusivos em defesa da diversidade comportamental. Trata-se do movimento que é também denominado de multiculturalismo, remetendo, na origem, ao conjunto de “reivindicações identitárias contestatórias dos *radical sixties*” (BOCK-CÔTÉ, 2019, p. 18). Naturalmente, se trata de um movimento progressista e de globalização política de grande força discursiva no Ocidente, devidamente amparado nos direitos humanos. Nessa perspectiva, o conceito de identidade também ganha protagonismo, mas tem a ver com as identidades dos grupos minoritários aos quais se reivindica a aceitação e inclusão de suas identidades grupais no contexto das instituições

tradicionais da Sociedade Ocidental. Sua difusão de valores inclusivos em defesa da tolerância para com os “diferentes” é bem recebida nos meios de comunicação. A inclusão dos afrodescendentes, a ascensão das mulheres e a aceitação da diversidade de orientação sexual são evidentes nas democracias liberais. Porém, trata-se de um movimento libertário e anti-sistêmico, em contestação aos preconceitos, mas também às instituições tradicionais do sistema cultural e político. Trata-se de uma “forma de descolonização interior da comunidade política, que permite emancipar as identidades minoritárias da identidade majoritária”, como sugere o sociólogo canadense Mathieu Bock-Cotê (2019, p. 20).

No entanto, na medida em que o multiculturalismo é um movimento de globalização política e cultural, sua perspectiva identitária é correspondentemente global e territorialmente desprendida. Portanto, não gera tenacidade com as identidades territoriais e senso de pertencimento local-regional. E, por suas raízes contestatórias, o multiculturalismo, que também podemos chamar de liberalismo identitário, faz a crítica às instituições tradicionais como a família patriarcal, a educação e ao nacionalismo. Mesmo não sendo uma oposição direta à identidade territorial, seu caráter de globalização segue uma direção diferente desta e então, pode produzir igual efeito homogeneizante e soar ameaçador a questões como identidade regional, senso de pertencimento, e todo um conjunto de temas como o capital social e outros, que significam barreiras às influências exógenas e homogeneizantes.

Bem no fim, esse é um problema a ser enfrentado pelas Ciências Humanas e sociais. Um ponto de partida para esse enfrentamento pode ser o de buscar convergências, isto é, compatibilidades entre o local e o global. Não obstante, é importante lembrar uma lição muitas vezes ignorada na precipitação e no engajamento sociológicos: qualquer seja o interesse investigativo ou mesmo educativo, é preciso seguir o método científico e induzir muito antes de deduzir. Em outras palavras, professores e alunos das Ciências Sociais precisam pesquisar, ir aos casos particulares e compara-los. Devem colher opiniões das pessoas, a fim de saber como pensam e como recebem ideias. A tarefa da Sociologia, notadamente e nesse caso mais que a Filosofia, deve ser a de instigar o espírito científico, antes mesmo do “pensamento crítico”, sempre tão sugerido nos documentos normativos, inclusive na BNCC. E, como ensinou Machiavel, como legítimo pensador moderno e precursor das Ciências Sociais, é preciso tentar entender como as coisas são, antes de querer que sejam de outro modo qualquer.

4. **Analisar as relações de produção, capital e trabalho** em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

Comentário

Inicialmente, esta competência sugere alguma análise macroeconômica e macro política, o que a rigor já existe nos livros didáticos das disciplinas de Humanidades e isso continuará existindo. Nesse nível de análise, essas relações têm uma abordagem predominante nos manuais de Sociologia existentes, sugerindo uma compreensão da realidade social a partir do mundo da produção e das relações entre capital e trabalho. Não obstante, a proposição de fazê-lo a partir de “diferentes territórios, contextos e culturas” abre a perspectiva de um olhar necessariamente local-regional. E, nessa medida, cabe o esforço dos educadores no nível subnacional, no sentido de elaborarem suas “bases curriculares” correspondentes aos seus territórios, obviamente orientados pelos pressupostos da BNCC. Desse modo, guardadas as recomendações de alcance geral em menção às diferentes culturas, fica subentendida justamente a recomendação de relativa autonomia local-regional nessa elaboração.

Em outras palavras, trata-se de conectar as orientações da BNCC ao esforço de produzir local e regionalmente. A respeito disso, os planos estaduais vêm sendo produzidos desde 2020 e devem ser concluídos em 2021 para a progressiva aplicação de seus pressupostos a partir de 2022. Contudo, por mais que cada estado tenha seu próprio documento norteador, o grande desafio será produzir material didático e atividades educativas nesse âmbito territorial. Podemos pensar isso desde as abordagens em livros didáticos até as atividades escolares por meio da denominada “pedagogia de projetos”. Nesse sentido, compreender a realidade social a partir do mundo da produção em “diferentes territórios, contextos e culturas”, exigirá um compromisso efetivo de pensar local-regionalmente.

Nessa nova perspectiva, os próprios livros didáticos recomendados trienalmente em âmbito nacional pelo Ministério da Educação já não poderão ser as “cartilhas prontas” que foram até agora. Esse desafio nos parece extraordinário, porque não demanda mais que o docente seja um bom “piloto” de livros didáticos. É claro que estes livros continuarão apresentando explicações, análises e informações de muita qualidade. Não obstante, as

chamadas metodologias ativas de aprendizagem que a BNCC recomenda sugerem protagonismo do educando, diálogo entre professores e alunos e trabalho cooperativo, na trilha de educadores como Philippe Perrenoud (2000, p. 79). E essa recomendação é repetidamente expressa na BNCC ao largo das preocupações de que o aprendizado parta da realidade que o cerca e da qual participa no dia a dia. (BNCC, 2018, p. 465).

Nessas circunstâncias, também consideradas na concepção do que é denominado de o “Novo Ensino Médio”, a passividade de alunos em relação ao professor, e deste para com os materiais didáticos pré-elaborados, dá lugar ao protagonismo. Por extensão, o conhecimento pronto e oriundo dos grandes centros irradiadores da cultura educacional dá lugar ao conhecimento descentralizado e produzido a posteriori, das regiões e locais. Após décadas de pronunciamento, podem amadurecer as condições ao desenvolvimento da educação autônoma e descentralizada, produzida a partir das diferentes realidades. Seria, finalmente, chegada a hora do protagonismo intelectual no âmbito local-regional? Na introdução da Base Curricular do Território Catarinense, os relatores Ferri & Lacerda e Rausch são categóricos, ao afirmar que

Este documento não lhe dirá o que fazer! (Mas) tenha a convicção de que pensamos nos professores em sala de aula em todos os momentos que elaboramos este material. (...). Toda (a) implementação exige o complexo processo de escolhas o que e como ensinar. O objetivo desse material é dar subsídios e orientações a apoiar o planejamento de ensino. Faça uso dele (...) e reinvente a prática docente (SANTA ATARINA, 2019).

Em outras palavras, nada nos parece mais encorajador e evidente: o caminho está aberto e o tempo é o século XXI, tempo de fazer história. Sempre orientada pela BNCC, a relativa autonomização e descentralização da prática pedagógica deve estar orientada pela ideia de uma educação integral, isto é, que integre os diversos campos do conhecimento e estes à realidade local (BNCC, 2018, pp. 11 e 16). Por extensão disso, requer uma abordagem sistêmica, que considere a conexão e interdependência entre as diferentes esferas da vida em Sociedade. Nessa perspectiva, importa lembrar da interdependência entre a vida social e a economia, por exemplo, entre o universo da Educação e a federação das indústrias de cada estado, ou das associações de pequenas e médias empresas, de lojistas, de agentes do turismo etc. Na vida real, pensar e agir de modo sistêmico é considerar essas vinculações interdependentes, conscientes da importância que o sistema social tem para cada um e de como cada um tem o dever moral de cooperar com o sistema social.

Ora, a lembrança sobre a interdependência sistêmica entre o mundo da Educação e o universo da economia, para o qual os jovens pretendem e precisam se preparar, é absolutamente indispensável, conquanto óbvia. Neste momento da vida do País, demandas são coletivamente manifestadas por agentes econômicos e divulgadas nos meios de comunicação com o propósito de sensibilizar a classe política e a Sociedade sobre a importância da Educação. Exemplo disso é o Movimento Santa Catarina pela Educação, encabeçado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC.⁴ Na medida em que tais manifestações reclamam esforços pelo desenvolvimento, elas poderiam ser assimiladas, filtradas e amplificadas pelos agentes educacionais, em função de interesses sistêmicos.

Essa advertência continua necessária já que nas abordagens nos manuais de Sociologia a economia é apontada como fonte geradora dos problemas sociais e nunca como o fator gerador de oportunidades. É, também, por esse entendimento hegemônico na Sociologia que proposições em favor da aproximação dialógica e cooperativa entre as classes empresariais e o sistema educacional são desconsideradas. De acordo com o professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e ex-integrante do Conselho Nacional de Educação, Professor Mozart Neves Ramos, é necessário aproximar a escola do mundo do trabalho e quebrar as barreiras que geram esse cenário em que “a escola e a empresa têm sido dois mundos antagônicos que não dialogam” (RAMOS, 2013, apud SILVEIRA, 2015, p. 36).

No fundo, o que motiva tal postura é a velha ideia de que a Educação não deve estar a serviço dos interesses capitalistas. Nessa linha, um artigo de Silva e Jacomini (2018) faz um levantamento de 64 publicações (entre dissertações, tese e artigos), demonstrando como a maioria dos trabalhos critica a inserção de “valores mercadológicos” nas escolas. De forma correspondente, é comum confundir o engajamento educacional das empresas com as proposições pelo ensino profissionalizante nas escolas. Naturalmente, esse é o principal objetivo das empresas em relação à Educação, mas: 1) empresários esperam principalmente que jovens entrem no mercado de trabalho sabendo se expressar e fazer contas (SILVEIRA, 2015, pp. 37-8, 59); e 2) a formação para o mundo do trabalho é um dos dois objetivos gerais da BNCC e as Humanidades não deveriam ignorar isso.

⁴ <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/>.

A Sociologia tem sido condutora no apontamento das aparentes causas “originais” da desigualdade social. Por décadas, relacionou a desigualdade às contradições inerentes às relações de produção, do capital e do trabalho. Em outra palavra, tudo parte do pressuposto rousseauiano de que a propriedade privada seria o problema original. Atualmente, as formas de desigualdade têm sido causalmente vinculadas aos próprios fundamentos da civilização ocidental (evidentemente calcada na propriedade privada, na economia de livre mercado e nas formas de opressão tradicional do Ocidente). Não se sabe ao certo no que isso vai resultar, mas o mal-estar da Civilização Ocidental sobrevive como um subproduto da Sociologia, não sem render um bom prestígio entre autores e séquitos.

Entretanto, bastaria substituir o método analítico para perceber interdependências positivas na Sociedade e, sobretudo, convergências entre as esferas da Educação e do mundo da produção. Assim, do ponto de vista sistêmico, consideremos o fato de que, em 1980, “40% da população brasileira entre 7 e 14 anos estava fora da escola, enquanto em 2017 99,2% da população nessa mesma faixa etária frequentava a escola” (BOULOS Jr. Et al, 2020, p. 168; GAZETA do Povo, 2019). Essa inclusão educacional dependeu do consenso entre agentes políticos, baseados em justificativa ética, e a Sociedade produtiva, com seus interesses convergentes e recursos disponíveis. Afinal, a materialização dessa decisão política não seria possível sem os investimentos econômicos. É verdade que se trata apenas de um dado retirado de um contexto mais complexo, que também revela a atual evasão nos anos do Ensino Médio no Brasil. Mas, não há divergências opinativas entre agentes políticos, cognitivos e econômicos sobre a necessidade de atacar o problema.

Se inconfessáveis interesses contrários a isso persistem, estes não têm origem nos atuais conflitos de interesse entre, por exemplo, o capital e o trabalho. Tampouco, a falta de adolescentes na Escola interessa aos modernos agentes econômicos, interessados em potenciar a competitividade, para o quê os níveis de instrução são fundamentais, em qualquer dos setores da economia. Nesse sentido, ao contrário, a convergência pelo aumento da qualidade educacional entre a Sociedade em geral, as classes política e empresarial, está mais afinada que em outros tempos e o apoio dos meios de comunicação é evidente. Há, portanto, muito mais cooperação (ainda que insuficiente) do que conflito de interesses em relação ao tema. As divergências existentes estão no campo das teorias, dos métodos e dos interesses estratégicos, eventualmente ideológicos ainda, mas não entre capital e trabalho, nem entre Educação e economia.

Nessa direção, é preciso insistir, com toda a abertura às críticas: a economia não é um problema fundamental, nem a propriedade privada pode ser acriticamente considerada “a origem de todos os males”. Notadamente na Sociologia, esta quase tricentenária premissa do filósofo franco-suíço Jean Jacques Rousseau requer seja confrontada com a premissa do filósofo inglês John Locke, segundo a qual a propriedade privada é a condição ao exercício da liberdade - que o contradigam os defensores da escravidão. Do ponto de vista sistêmico, de fato, as razões para a cooperação interclasses pela Educação parecem mais justificáveis e convergentes com os interesses da Sociedade e especificamente dos jovens. Para concordar com isso, basta considerar os dois principais objetivos educacionais pressupostos pela BNCC: 1) formar para a cidadania e 2) formar para o mundo do trabalho. Indiscutivelmente concordantes com os pressupostos dos organismos internacionais em prol do desenvolvimento das nações, esses dois objetivos sugerem cooperação, muito mais do que conflito. A reaproximação entre a política e a economia nas abordagens educacionais acaba por encorpar as proposições em favor da interdisciplinaridade. Não obstante, essa reaproximação sugere cooperação e favorece as abordagens em prol do desenvolvimento, incluindo a dimensão local-regional. Nas palavras de Boulos Jr. & Adão & Furquim Jr., autores de um manual do professor à Ciências Humanas,

O tema da Economia é bastante importante para os projetos de vida dos jovens, sobretudo na sociedade atual, na qual eles se deparam com questões que ao mundo do trabalho, da educação financeira e fiscal. Nessa etapa da vida, os jovens se preparam para o mundo do trabalho (...). A proposta de trabalho com essa temática não é a de profissionalização do jovem, mas de proporcionar ferramentas que o auxiliem em suas decisões imediatas e/ou futuras, tendo como pressuposto o desenvolvimento da cidadania (...). O tema busca preencher importantes lacunas existentes na educação dos jovens atualmente, seja em relação à autonomia, seja no tocante à organização que podem ser aplicadas na vida pessoal e comunitária (BOULOS Jr. Et al, p. 168).

Voltemos, por fim, à insistência em refletir local-regionalmente para analisar as relações de produção, capital e trabalho. O desafio, agora, não é mais o de interpretar uma macro teoria da economia política. Também não se trata mais de forjar e adaptar tais interpretações às múltiplas realidades locais-regionais, com alto risco de danos à lógica e de ignorância aos fatos, como tem acontecido. Nesse sentido, a força persuasiva e corporativa de certas interpretações exógenas precisa, finalmente, ter sua eficácia questionada. Embora possam se mostrar úteis, precisam ser absorvidas criticamente, mas também conviver com a ousadia analítica periférica local-regional. O que estamos afirmando é que, para o bem do

desenvolvimento, a Ciência precisa tornar-se também uma Ciência regional, o que já acontece mundo à fora, que contava com 28 cursos assim denominados no início do século, segundo a Associação Internacional de Ciência Regional – ISRA (BOYCE, 2004) e de modo pioneiro no Brasil, através da Faculdade de Economia e Administração da USP (2013).

Isso demandará um esforço de pesquisa, tanto bibliográfica, quanto documental e de campo, sem nenhum desprezo às teorias, mas com a disposição investigativa pelas particularidades e a predominância da indução sobre a dedução. É dessa forma que a BNCC expressa sua preocupação de que as escolas devam “considerar a realidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos físicos, materiais e humanos das redes e instituições escolares de forma a propiciar aos estudantes possibilidades efetivas para construir e desenvolver seus projetos de vida e se integrar de forma consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho” (BNCC, 2018, p. 478). E, para tanto, sugere, como primeiro eixo estruturante dos “itinerários formadores”,

investigação científica (que) supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade (Ibidem, 478).

E, como sugere a caixa explicativa desta quarta competência, será preciso revelar as

especificidades e os processos de estratificação social caracterizados por uma maior ou menor desigualdade econômico-social e participação política. Além disso, é importante que os indicadores de emprego, trabalho e renda sejam analisados em contextos específicos que favoreçam a compreensão tanto da sociedade e suas implicações sociais quanto das dinâmicas de mercado delas decorrentes” (BNCC, 2018, p. 563).

Na medida em que esse esforço investigativo e analítico endógeno vingue espontaneamente, novas e eficientes interpretações tenderão a surgir. Elas poderão simplesmente estar ancoradas em teorias e metodologias tradicionais, cuja utilidade nunca deve ser desprezada. Não obstante, é preciso lembrar: conquanto os pressupostos da BNCC venham a ser indispensáveis, suas competências e habilidades desde já endossam iniciativas autônomas à interpretação do local-regional. Assim, toda unidade federativa subnacional, uma microrregião ou um estado da federação, contem verdades a serem demonstradas, pelo

menos, desde o Ensino Médio. Isso serve para estudar as relações de produção, capital e trabalho dos ribeirinhos da Amazônia, como serve para os agricultores do Ceará, da Bahia ou para o agronegócio do Centro-Oeste brasileiro. Em todos os casos, podem haver especificidades mais ou menos relevantes e que não deveriam ser ignoradas.

Nessa perspectiva, por exemplo, pesquisar as relações de produção, capital e trabalho em Santa Catarina na perspectiva do cooperativismo, pode revelar especificidades inteiramente desprezadas nas Ciências Humanas e Sociais que os alunos aprendem nas aulas de Sociologia do Ensino Médio ou da graduação. A simples constatação de que, conforme o Portal do Cooperativismo Financeiro, de 2018, o estado já possuía o segundo maior número de cooperados do Brasil e de que o cooperativismo representa em torno de 11% do PIB do estado, é digno de reflexão. Mais: 21 das 50 cidades com maior número de cooperados no Brasil eram de Santa Catarina, inclusive a primeira colocada.⁵ Mas, isso não é apenas economicamente relevante. Do ponto de vista sociológico, há uma relação interdisciplinar entre economia e cultura. Ora, se isso não é importante à Sociologia, então a utilidade desta ciência está sendo desprezada e alunos do Ensino Médio deixam de perceber a amplitude desta ciência e a importância de fatores sociologicamente interpretáveis, que explicam a realidade do lugar onde vivem.

Além disso, existem aspectos da relação interdisciplinar entre Sociologia e Economia inexplorados pelas Ciências Humanas e Sociais, no âmbito do Ensino Médio. Santa Catarina tem diversificação econômica e notável proliferação de micro e pequenas empresas, e a origem disso se deve, parcialmente, a uma decisão do imperador D. Pedro II, de incentivo à pequena propriedade. Com isso, relacionamos cultura, economia e história política e, por sua vez, geramos a hipótese de que essa conjunção sinérgica explica outra relação, qual seja, menor desigualdade social e geração de emprego e renda. E, se somássemos a isso um esforço sociológico para compreender os fatores sociologicamente interpretáveis e causais do empreendedorismo e da inovação, explicaríamos o combate às desigualdades sociais não simplesmente pelo viés das políticas públicas, mas também pelo esforço econômico da Sociedade produtiva e por uma acertada decisão política. Daí, podemos relacionar isso com

⁵ <https://cooperativismodecredito.coop.br/2018/12/sul-concentra-mais-da-metade-dos-associados-de-cooperativas-de-credito/>

índices de qualidade de vida e entender por que o estado está entre os maiores receptores de imigrantes brasileiros e estrangeiros no século atual (TREVISOL, 2019).

Quando sugerimos uma interpretação assim marginal, porque focada na realidade próxima de nós, novas perguntas gerarão novas hipóteses e potencializam novas interpretações, geradoras de respostas a anseios de novas gerações que, às vezes não veem suas demandas contempladas pelas abordagens tradicionais. Isso não anula a importância do que as Ciências Humanas foram capazes de demonstrar até aqui. Muitas vezes, os estudos regionais reforçam a utilidade de macro teorias, através das demonstrações de que o que acontece local-regionalmente reflete os ambientes macro políticos e econômicos. Não obstante, outras vezes as realidades específicas confrontam as ambições grandiloquentes do conhecimento gerado de fora. Pelo que podemos entender até aqui e a considerar os pressupostos da BNCC, essas percepções estão em curso. E, a considerar o significado do que é denominado de Novo Ensino Médio – NEM, e os livros didáticos que começam a aparecer nas escolas, pode-se presumir que a interdisciplinaridade, juntamente com o olhar local-regional, autoriza nossas proposições. Há um Brasil a ser revelado, não mais do centro para as extremidades, mas, ao contrário, das várias experiências históricas das unidades subnacionais para a composição de um conhecimento mais complexo do País. É a própria diversidade e o próprio multiculturalismo, numa perspectiva analítica alternativa ao conhecimento hegemônico e, por vezes, invasivo às realidades locais. Nesse sentido, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas se revigoram e podem ampliar sua utilidade em resposta aos anseios de novas gerações.

Nessa perspectiva, jovens do interior do Ceará tem o direito de saber, desde as possíveis causas até as últimas consequências sociológicas, por que o município de Sobral tem uma educação modelo, internacionalmente elogiável e os jovens de todo o Brasil têm o direito de saber por que o resto do País não o adota. Adolescentes do interior de Goiás e do Mato Grosso do Sul podem exercitar o raciocínio sociológico perguntando-se por que Rio Verde e Lucas do Rio Verde são cidades boas de se viver e ajudam a descentralizar o desenvolvimento desses estados. Pelos mesmos motivos, alunos do Ensino Médio do interior do Paraná ou do interior de Pernambuco poderiam ser instigados a indagar, sociologicamente, por que cidades do interior desses estados estão entre as melhores do País para se viver.

Assim também, jovens universitários de algum curso de Administração, de Engenharia têxtil ou de alimentos poderiam discutir, na disciplina de Sociologia, por que

uma cidade de 100 mil habitantes ou uma de 200 mil habitantes conseguem ter times de futebol disputando as séries A ou B do campeonato brasileiro. Pode parecer desproposital, mas há explicações sociológicas para isso, em torno de conceitos como a cooperação, empreendedorismo e, porque não, amor à cidade, como sugeriu Machiavel ao revelar o “segredo” da virtuosidade de Florença. Há vários pontos de vista em torno de cada fenômeno e explorá-los interpretativamente permite compreender o quanto cada fenômeno se estabelece na interdependência com outros.

Agora, se quisermos explorar mais a fundo a interdisciplinaridade, consideremos o seguinte: Uma reportagem no encarte de Economia do Jornal Estado de São Paulo, em 04 de julho de 2021, anuncia que, cada vez mais, no Brasil, “empresas se rendem ao apelo sustentável e competitivo das energias eólica e solar”. Poderíamos considerar este assunto um “tema gerador”, como sugerem as metodologias ativas na Educação, e tratá-lo interdisciplinarmente. Afinal, aerogeradores são um recurso importante do ponto de vista energético e ambiental em ascensão no Mundo. O conhecimento sobre a procedência de seus componentes ou o destino do produto final permitiria uma viagem imaginária pela geografia mundial. Além da reflexão ecológica e do paisagismo, também nos ensinaria algo sobre a importância da Matemática, da Física e da Química.

Por extensão, alguém poderia perguntar, afinal, onde são fabricados os aerogeradores e a resposta seria: Em Jaraguá do Sul-SC, na WEG, sexta maior empresa do País, com valor patrimonial equivalente à metade da Petrobrás (CNN, 2021). É importante saber que em 2021 essa empresa gera mais de 31 mil empregos industriais, 14 mil desses na cidade de origem. Mas também é valoroso saber que foi fundada em 1961 por três amigos que, diz a lenda, venderam seus carros para começar a empresa. Se não houver disposição de analisar isso do ponto de vista do empreendedorismo, como sugere a BNCC (2018, pp. 466, 479, 568 e 577) e do liberalismo econômico, pode-se ir à literatura e explicar o espírito quixotesco do homem ocidental a lutar contra os moinhos de vento e considerar que tudo é possível, a partir da obra de Miguel de Cervantes, romancista espanhol do século XVI. Ou, podemos ir à Filosofia e refletir sobre a importância da amizade e, por fim, voltarmos à Sociologia e interpretarmos a relação da confiança e da cooperação com o desenvolvimento econômico. Não seria útil que um professor das Humanidades lançasse um tal olhar interdisciplinar à realidade dos jovens que habitam Santa Catarina?

5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

Comentário

Nesta quinta competência, a relevância do pressuposto é de ordem universal, sendo menos sugestivo direcionar qualquer abordagem à dimensão especificamente local-regional. Seguramente, há muito a dizer sobre isso no âmbito macrossocial e de abrangência planetária, sobretudo na perspectiva do processo civilizador (para usar uma expressão do sociólogo Norbert Elias). Não obstante, nessa perspectiva em quase nada questionável do ponto de vista ético, tanto a Filosofia quanto a Sociologia teriam contribuições importantes e relacionadas ao tema do desenvolvimento. É claro que é possível, tanto quanto necessário, relacionar esses temas ao espectro local-regional, estimulando discussões e pesquisas acadêmicas. Não obstante, esta competência sugere uma abordagem universalizante e, nesse aspecto, podemos refletir de forma correspondente, sobre o conceito de desenvolvimento, na sua dimensão geral. Em *Democracia na América*, um clássico do século XIX e uma das obras precursoras da Sociologia, o filósofo francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) reconhece a valorização das funções sociais das mulheres como um dos motivos do desenvolvimento dos Estados Unidos. Assim como Tocqueville, o filósofo britânico John Stuart Mill (1806-1873) fez a defesa dos direitos das mulheres na Sociedade inglesa da primeira metade do século XIX (HIMMELFARB, 2018, pp. 122-5). E Edmund Burke (1729-1797), outro filósofo britânico e ícone do conservadorismo, fez importante defesa aos direitos das mulheres, dos pobres e dos homossexuais (LEVIN, 2017; HIMMELFARB, 2018, pp. 15-25)). Todos foram pensadores liberais e também conservadores, e suas contribuições em defesa das liberdades e dos direitos dos indivíduos são claras.

Entre outras, seriam referências importantes para introduzir uma abordagem de crítica e, se quisermos, de combate às “diversas formas de injustiça, preconceito e violência”. O problema é que ser liberal e conservador nas Ciências Humanas no Brasil quase sempre foi considerado uma imoralidade. Se superássemos esses preconceitos, isso facilitaria estrategicamente a defesa dos direitos humanos, justamente porque apoiada no conservadorismo liberal. É quando o lado escuro dos fenômenos se revela útil, porque converge, soma. Tal abordagem poderia iniciar sempre com as contribuições da Filosofia

moderna e, ainda que tenha a característica de uma abordagem moral (sempre questionável, porque não há universalidade na moral), a Sociologia auxiliaria no sentido de confirmar, por evidências, que esse combate não é apenas moral ou ético, mas que pode-se comprovar a relação entre liberdades e justiça com o desenvolvimento de nações e regiões.

Nessa direção, as contribuições da Sociologia estariam interdisciplinarmente ligadas à Estatística ao partir de demonstrações numéricas, resultado de evidências empíricas. Tanto quanto o convencimento moral ou ético, a afirmação por evidências irrefutáveis do ponto de vista científico se somaria nessa confluência interdisciplinar que poderia envolver conhecimentos de saúde, de psicologia, de religião etc. Novamente, estamos vislumbrando um tema gerador, qualquer que seja, de violência contra a mulher, de preconceito à opção sexual ou outro tema importante relativo aos direitos, à tolerância, à diversidade e ao combate às injustiças. Com o apoio de várias disciplinas e por evidências estatísticas, tais temas, vinculados de forma lógica à geração de riquezas por meio das liberdades e da justiça, tudo se soma no cumprimento dos nobres propósitos apontados por esta competência da BNCC. De toda maneira, há um aspecto teórico que pode se mostrar relevante. Ou seja, se, da mesma maneira que superássemos o preconceito contra o pensamento liberal conservador e compreendêssemos a maneira de pensar interdisciplinarmente, aceitássemos o evolucionismo revisionista, poderíamos simplesmente relacionar o pressuposto desta 5ª competência como um fator de evolução social. Naturalmente, teríamos de abrir mão dos eufemismos relativistas, preocupados com comparações depreciativas que invariavelmente viriam à imaginação. Seria necessário jogar aberto, sem tergiversações, sobre os benefícios de combater as injustiças e os preconceitos dessa ordem e, na contrapartida, sobre o atraso em mantê-los. Todavia, repita-se, o combate não deve se restringir à moral e à ética, devendo avançar para as evidências, a fim de que não haja saída interpretativa e só reste o defensável e o indefensável, sem relativismos.

E, para deixar clara a proposição pelo evolucionismo, que consideramos vinculado ao conceito de desenvolvimento, lancemos mão da máxima de Talcott Parsons, para quem a evolução social (ou, o desenvolvimento) acontece através de diálogo e de leis. É sendo capaz de institucionalizar ambientes de livre pensamento, de expressão e de debates sobre as ideias e os fatos, que sociedades evoluem. Em outras palavras, são os ambientes de diálogo, de comunicação, que estabelecem consensos racionais que, por sua vez, conferem embasamento racional à formulação de nossas instituições. Trata-se das leis, normas e

regras que, nas sociedades democráticas comportam um componente de desenvolvimento e de equilíbrio sistêmico, ainda que oculte eventuais interesses corporativos.

Evidentemente, a revisão às ideias de Parsons, feitas, por exemplo, pelo filósofo Jürgen Habermas, devem ser consideradas (REGATIERI, 2019). Mas elas continuam úteis para pensar as sociedades a partir de processos dialógicos e cooperativos, inclusive com as críticas de Habermas, cuja teoria da comunicação não diverge essencialmente disso. Como outros evolucionistas, Parsons compreendia que mudanças estruturais, como as que afetam o sistema central de normas e valores, faziam parte da evolução social (ZSTOMPKA, 1999, p. 211). A nossa referência a Parsons não implica em adesão à sua teoria funcionalista, mas isso não nos impede de reconhecer a validade de sua máxima. Isto porque, a rigor, certas proposições e inferências teóricas podem ser úteis, mesmo quando o efeito geral das teorias que integram seja questionável.

Com frequência, avanços sociais se constituem através do confronto dialético de valores e da superação de confrontos entre opostos por meio do diálogo e do estabelecimento de novas regras ao equilíbrio sistêmico. E é dessa maneira que a Sociologia poderia estimular a reflexão sobre tais assuntos, na medida em que isso realmente assim aconteça e possa ser evidenciado. Essa é a perspectiva mais aproximada do pensamento sistêmico. Em outras palavras, é quando percebemos que a superação se dá no plano dos equilíbrios (ainda que precários) sobre os conflitos e a mudança é um processo diário, com avanços e recuos. É o oposto sociológico da percepção sobre a superação de todo um modo de organização social por outro, como frequentemente sugerido nas entrelinhas das abordagens da Sociologia, seja na perspectiva da economia ou da cultura.

Isso implica no reconhecimento da teoria sistêmica, através da qual somos levados a admitir a interdependência de fatos, fenômenos, instituições, organizações e comportamentos. Por essa característica, a abordagem sistêmica permite o entendimento sobre as possibilidades e a existência de laços de cooperação, diálogo, associação e confiança na organização da sociedade. Admitir isso não implica negar os conflitos e seu caráter permanente nas sociedades. Também não menospreza as desigualdades e injustiças, nem mesmo suas relações causais com as estruturas econômicas e culturais. Significa, sim, admitir a possibilidade de que o mesmo sistema que promove desequilíbrios contém os meios aos ajustamentos que permitem o desenvolvimento e a evolução social. Em termos metafóricos, o antídoto à doença está no organismo, como a resposta aos desequilíbrios está no sistema.

Nessa pegada, um dos melhores exemplos vem da Ciência Política, tanto do ponto de vista sistêmico quanto relativo ao desenvolvimento e à evolução. Essa aceitação na Ciência Política deve-se ao fato de que, ao se debruçarem sobre o funcionamento das instituições (leis, regras e normas), cientistas políticos constataam, invariavelmente, a interdependência recíproca entre instituições e entre estas e os agentes políticos. Em outras palavras, a relação de causalidade recíproca entre o sistema político e os indivíduos é constante e, qualquer que seja a interrupção nessa relação, ela dará as condições ou para a influência dos comportamentos na conformação das regras ou a mudança de comportamentos através de alterações nas instituições. E essa percepção de que boas mudanças nas leis produzem desenvolvimento já é tradicionalmente conhecida, ao menos desde *O espírito das Leis*, de Montesquieu (1689-1755), para não falar da obra *Os federalistas*, de Madison, Hamilton e Jay.

Nessa perspectiva a um tempo sistêmica e evolucionista reside uma das chaves interpretativas do desenvolvimento. Se considerarmos o que já sabemos o federalismo, perceberemos os sistemas políticos se ajustando historicamente. Num estudo exemplar, a jurista Fernanda de Almeida demonstra a evolução do federalismo norte-americano, observando como Madison, Hamilton e Jay se miraram em experiências precedentes para que os EUA evitassem erros. Almeida também demonstrou como certas reformas asseguraram que “o regime não envelheça, conservando a sua vitalidade com o passar do tempo, recriado conceitualmente na medida dos imperativos de ordem social, econômica e política que se vão colocando na evolução natural das sociedades” (ALMEIDA, 1987, pp. 58-9; também Almeida, 1987, apud Ferreira, sem data). Na sequência, a autora reforça a percepção evolucionista do federalismo, atestada na busca constante do equilíbrio sistêmico “desde o liberalismo clássico até o Welfare State (...)” (ALMEIDA, 1987, apud Ferreira).

Existe percepção sistêmica e evolutiva nessa análise politológica e jurídica sobre o aperfeiçoamento institucional a facilitar o desenvolvimento das sociedades. Nesse sentido, vale lembrar que os estudos na Ciência Política facilitam o entendimento sobre a capacidade adaptativa das instituições às necessidades sociais. Essa característica tem a ver com ao menos três fatores, a saber: 1) a escolha do objeto é frequentemente direcionada à observação do desempenho das instituições, o que permite perceber se as leis, normas e regras funcionam ou não na direção do bem-estar e da justiça, isto é, do desenvolvimento; e 2) a Ciência Política não repete o engajamento político inerente a boa parte da Sociologia.

Quase sempre presa à tradição amoral inaugurada com Machiavel, seu trabalho investigativo e analítico é facilitado por orientação à objetividade, por vezes contestada na Sociologia; e 3) a Ciência Política é predominantemente indutiva.

Por essas razões é mais fácil perceber os ajustes sistêmicos reais ou potenciais das instituições na Ciência Política. Se o cientista político não parte de pressupostos morais, não há compromisso em procurar falhas, nem preocupações em constata-las, tampouco constrangimentos quanto à percepção de virtudes dos sistemas, seja na política, na economia ou na cultura, com todos os imbricamentos possíveis. Nesse caso, a interdisciplinaridade encontra as portas abertas. Enquanto isso, uma parte da Sociologia está comprometida com a contestação do sistema, por conta de um pressuposto moral, segundo o qual, é dever do sociólogo denunciar a desigualdade social. Por extensão disso, parte-se da dedução de que a desigualdade é originária do sistema e o conflito e a dominação opressora estão ligados à causa original da posse sobre as coisas. Nesse sentido, o compromisso analítico está em desnaturalizar a desigualdade, denunciando suas raízes sistêmicas e, portanto, combatendo o sistema, frequentemente confundido com a própria civilização ocidental. Nesse caso, a interdisciplinaridade já não encontra todas as portas abertas.

A interdisciplinaridade, por sua vez, converge com a ideia de sistema social, no interior do qual um fenômeno é compreendido a partir de sua interdependência. E, se quisermos realmente pensar de modo interdisciplinar, então devemos estar preparados para nos posicionar em relação a isso. Não significa, insista-se, abandonar a percepção sobre os conflitos e as contradições sociais que, a rigor, também são entendidas sistemicamente. Conflitos e contradições sociais são evidentes quando consideramos as demandas progressistas, sinais de insuficiências sistêmicas. Mas as respostas às reivindicações de indivíduos e segmentos podem ser estimuladas por processos dialógicos e cooperativos. O esforço responsivo poderia ser formulado em nome da vontade geral e de valores civilizatórios que arvoram o próprio sistema social, ao invés de insinuar a destruição sistêmica em nome de demandas de minorias.

O que deveria ser evidente é que as respostas civilizatórias aos problemas sociais igualmente se originam dos fundamentos da civilização ocidental. Aqui vale a lembrança aos críticos das instituições formais (leis, regras e normas) e informais (valores morais e hábitos) do Ocidente, quando denunciam seu caráter essencialmente “opressivo”, por trás das quais haveria sempre um interesse de dominação (SCRUTON, 2014, p. 59). No entanto, em termos

históricos e geográficos, não há equivalência cultural quanto à potenciação da justiça e das liberdades do Ocidente contemporâneo. Para atesta-lo, basta estudar as instituições democráticas, pelas Ciências Políticas, Antropologia ou Sociologia jurídica. Por conseguinte, tem sido as sociedades democráticas que, pela legitimação dos conflitos e do diálogo sem restrições despóticas, constroem laços de cooperação e civismo. São elas que têm gerado instituições facilitadoras do desenvolvimento. Isso nos leva aos comentários marginais à 6ª competência.

6. **Participar do debate público de forma crítica**, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Comentários

Mais uma vez é importante reconhecer que cada competência oferece ampla abertura interpretativa, sem perder suas especificidades propositivas. Como estamos centrando nossos esforços na temática do desenvolvimento e sua derivação local-regional, pretendemos chamar à atenção para a vinculação temática entre a proposição literal desta competência acima descrita e a ideia-força do capital social. Este conceito converge com o propósito da referida competência da BNCC, inclusive com as competências precedentes, o que dispensa comentários mais extensivos em relação a esta última. O capital social está relacionado à noção republicana de participação no “debate público de forma crítica” e ao conseqüente “exercício da cidadania”. E, na prática, a sua inserção nos conteúdos curriculares nos parece igualmente concorrente com as denominadas metodologias ativas na Educação.

Quanto ao conceito, trata-se da ideia-força já recorrentemente mencionada por nós e bastante conhecida nos estudos sobre o desenvolvimento local-regional. Lembremos que sua definição é a de um fenômeno social que congrega fatores como associação, cooperação, solidariedade, diálogo, confiança mútua e civismo. E, lembremos também que muitos autores fazem a relação causal do termo com o desenvolvimento local-regional. Em outras palavras, onde há capital social, o ambiente político e o econômico tendem a funcionar melhor, gerando boas instituições e capital humano. No nível das relações sociais, estas tendem a ser mais horizontais. Além disso, há o importante aspecto das sinergias entre o

público e o privado, isto é, as políticas públicas tendem a receber maior engajamento e a cooperação entre governos e Sociedade é mais constante. É, portanto, um conceito político e, como sugere a BNCC,

A política ocupa posição de centralidade nas Ciências Humanas. As discussões em torno do bem comum, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área (BNCC, 2018, p. 556).

Quanto às metodologias ativas, trata-se de conceito amplamente conhecido na Educação e convergente com os pressupostos da BNCC. Inspirado na crença do “aprender fazendo”, seus pressupostos remetem ao pragmatismo do filósofo estadunidense John Dewey (1859-1952), cujo foco estava direcionado ao protagonismo do aluno. Envolvem várias técnicas, como a pedagogia de projetos, por exemplo. Não obstante, o objetivo geral é fazer com que o aluno não apenas receba o conhecimento entregue pelo professor. Mais que isso, que participe ativamente do processo de aprendizagem. Além disso, o aluno vai buscar o conhecimento e conduzir seu próprio aprendizado em conjunto com seus colegas, através da resolução de problemas reais, atividades em equipe e também orientações do professor (EDUCAÇÃO, 2020; VALENTE et al, 2017, p. 463).

Nessa perspectiva, a proposição metodológica corresponde a uma educação para o capital social. E é possível formular isso didaticamente nas duas dimensões das metodologias ativas, isto é, conceitual e prática. Quanto aos conceitos, é possível promover discussões republicanas, incluindo os temas concernentes ao capital social, assim como discutir a importância das instituições políticas e fenômenos da política como o patrimonialismo, a burocracia, a corrupção, o sistema republicano, o federalismo, a descentralização do poder, entre tantos outros. E, sempre será necessário recorrer aos autores das Ciências Humanas, inclusive aos clássicos, portanto, sem perder toda a riqueza teórica da Sociologia e da Filosofia.

Por sua vez, do ponto de vista da prática, isto é, do *learning by doing*, nos parece plenamente possível, além de recomendável, eleger assuntos do cotidiano escolar que compreendam ações coletivas como cuidar da escola e dos problemas comunitários que permitam intervenções discentes. O sistema escolar brasileiro perde tempo ao não

incentivar maior responsabilização de crianças e adolescentes sobre os cuidados básicos de uma escola. E deveria fazê-lo do ponto de vista coletivo, incentivando alunos a cuidar da escola e não apenas dos seus interesses. Além dos grêmios estudantis, essencialmente corporativistas, a Escola poderia incentivar a formação de conselhos de alunos (e professores), por meio da gestão de projetos escolares e orientados a questões de interesse comum. Isso nos parece condizente com a proposição desta 6ª competência, qual seja, a de fazer “escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (BNCC, 2018, p. 570). Não há o que tergiversar.

Desse modo, os pressupostos da BNCC à formação para a cidadania permitem a lembrança das proposições do economista político brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira. Em *Construindo o Estado republicano*, ele defende o pressuposto de que o Estado democrático e de direitos avance na perspectiva do civismo. Assim, o desenvolvimento do Estado republicano dependeria muito de um esforço centrado na formação cívica. Contudo, Bresser-Pereira evita cair no caráter normativo da argumentação, adotando uma abordagem sociológica (pura) e histórica. O autor procura demonstrar, por evidências, que o desenvolvimento tem a ver com a evolução de uma democracia liberal, baseada na defesa de interesses individuais e corporativos, para uma democracia republicana, em que o interesse público prevaleça e o Estado não seja capturado pelo patrimonialismo e pelo corporativismo (PEREIRA, 2009, pp. 189-202).

Ora, sem entrar nas especificidades da teoria política, que envolvem proposições por reformas e arranjos institucionais, podemos inferir que os sistemas educacionais têm uma função aparentemente primordial. Havendo razoável consenso educacional sobre a importância da democracia republicana, então a Educação tem um papel essencial a cumprir. E isso diz respeito à formação de indivíduos cuja consciência democrática ultrapasse a noção de direitos para a assunção de deveres republicanos. Tudo baseado na necessidade vital de manter o frágil, porém, necessariamente permanente, equilíbrio social, assegurando as condições possíveis de liberdade, igualdade e justiça social. E, no contexto das democracias de massa, torna-se imprescindível manter e aperfeiçoar as condições de cooperação sistêmica que garantam o Estado de bem-estar e de direitos (e de deveres cívicos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a necessidade de recorrer a mais autores e teorias a fim de respaldar nossas proposições, trata-se apenas de reafirmar nossa disposição em sugerir o direcionamento parcial de conteúdos escolares e curriculares ao tema do desenvolvimento e sua variável local-regional. Essa perspectiva é ausente de conflitos com os dois objetivos gerais da BNCC, lembrando: 1) a formação para a cidadania e 2) a formação para o mundo do trabalho. Em relação ao primeiro, o desafio é, primordialmente, o de gerar as condições para a formação cívica, evocada pela BNCC. Atualmente, a melhor contribuição das Humanidades está em concentrar-se em uma Educação orientada pelo tipo ideal do republicanismo cívico, ligeiramente apontado acima. Em outros termos, é construir abordagens e procedimentos que, à consciência dos direitos, some a assunção das responsabilidades de cada um pela coisa pública e pelo desenvolvimento de sua comunidade, cidade, microrregião, estado e nação.

Para tanto, a perspectiva analítica e mesmo normativa deve considerar o pensamento sistêmico, isto é, a percepção de que a melhor Sociedade almejada é uma possibilidade resultante do esforço individual e coletivo, solitário e cooperativo em favor de todos. E, diga-se, sem menosprezar as conquistas em nome dos direitos individuais e o reconhecimento dos direitos de todas as minorias. É claro que isso soa normativo e altruísta e, portanto, a efetividade disso é parcial e relativa. Nem mesmo estamos sugerindo ignorar elementos aparentemente contrários como o egoísmo, a ambição, o individualismo e a competição. Exatamente pela insuficiência do caráter normativo, o esforço das Humanidades deve se caracterizar pelo rigor ao pensamento lógico e lançar mão dos recursos cognitivos da ciência.

Os argumentos em favor do republicanismo cívico, que aqui propomos sejam assumidos pelos sistemas educacionais, não carecerão de demonstrações por evidências. Tanto as teorias quanto as pesquisas empíricas que sustentam as abordagens teóricas existem e continuarão sendo produzidas. Estudos históricos (historiográficos) nessa perspectiva se mostrarão indispensáveis. E quanto maior a disposição interdisciplinar, intercientífica inclusive, maior o leque de recursos para explicações lógicas, analógicas e estatisticamente comprováveis sobre a efetividade de recursos cívicos para o desenvolvimento local-regional. Nessa perspectiva, a ideia-força do capital social e os conceitos que o compõe serão úteis e sua efetividade igualmente comprovável, devido ao que já se publicou sobre o assunto, relacionando-o ao desenvolvimento regional.

Em consideração ao exposto, portanto, resta-nos insistir na experimentação da interdisciplinaridade e, para tanto, as Humanidades não devem se furtar ao diálogo entre disciplinas e diferentes áreas do conhecimento. O objetivo deve ser o de obter a maior compreensão possível sobre cada fenômeno, cada tema gerador e cada objeto de investigação. Seja em relação aos estudos teóricos, seja nos projetos de intervenção, seja nas pesquisas científicas, será necessário experimentar. E já há suficientes justificativas acerca do procedimento interdisciplinar, bastando lembrar que as tendências econômicas, políticas e culturais, assim como a vida em Sociedade e a inserção no mercado de trabalho, tudo demanda por mais e mais conhecimento e criatividade. E a tendência da interdisciplinaridade é a expansão cognitiva sobre o sentido-significado das coisas e sua interdependência sistêmica – exatamente como a própria BNCC apresenta seus pressupostos.

No extremo, é o próprio sentido da vida que está em jogo. Sem o esforço cognitivo de nos prepararmos para as próximas décadas, a ameaça real é a insignificância, a perda de oportunidades, a irrelevância nacional e o empobrecimento. Não é a miséria material que atormenta e para a qual não mais haverá justificativas, tampouco faltarão recursos a combatê-la. Mas a condição periférica e de extrema dependência tecnologia que assusta e afugentará milhões de jovens em busca de oportunidades que aqui poderão não ser geradas. E se, apesar dos argumentos, a demanda pelo desenvolvimento parecer algo sem sentido, vale lembrar a advertência prometeica de Fiodór Dostoiévski (1821-1881). Admitindo a eterna insatisfação humana, o autor observa, em *Notas de subterrâneo*: quando o conselho da Humanidade se reunir e concluir que todos os problemas foram resolvidos, alguém tocará o pé no fundo da mesa e tudo começará de novo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE Notícias, Sala de Imprensa/Editoria de Estatísticas Sociais. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Em 15/07/2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 16/08/2021.

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Considerações sobre os rumos do federalismo nos EUA e no Brasil. In Revista de Informação Legislativa, v. 24, n. 96, p. 57-64, out./dez. 1987 - Senado Federal, Biblioteca Digital. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181791>. Acesso em 17/08/2021.

BIRKNER, W. M. K. e **BAZZANELLA**, S. L. Introdução a uma Sociologia da Produtividade. In Desenvolvimento em Questão, v. 16, p. 42-68, 2018.

BOULOS Jr., Alfredo, **ADÃO**, Edilson e **FURQUIM** Jr., Laercio. Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço. São Paulo, FTD, 2020.

BOYCE, David. A short history of the field of regional Science. In Review of Economic Design · n. 83, pp. 31-57, (2004).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf. Acesso em 05/08/2021.

CNN Brasil. Empresas mais valiosas na IBOVESPA. <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/27/vale-e-empresa-mais-valiosa-do-ibovespa-e-da-america-latina>. 27 de abril de 2021. Acesso em 05/08/2021.

DAWKINS, Richard. O Gene Egoísta; Tradução Geraldo H. M Florsheim – Editora Itatiaia Limitada, Belo Horizonte/MG, 1979. Disponível em: http://www2.unifap.br/alexandresantiago/files/2014/05/Richard_Dawkins_O_Gene_Egoista.pdf. Acesso em 04/03/2021.

EDUCAÇÃO Brand Content. Metodologias ativas de aprendizagem: saiba o que são e como incluí-las em sua escola. In Revista de Educação, Agosto/2020. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/08/04/metodologias-ativas-sponte/>. Acesso em 13/08/2021.

FERREIRA, Lucas da Silva Pinto. O federalismo nos EUA e no Brasil. In Jus Brasil (sem data). Disponível em: <https://lucasferreira1910.jusbrasil.com.br/artigos/253382422/o-federalismo-nos-estados-unidos-e-no-brasil>. Acesso em 17/08/2021.

GAZETA DO POVO, por Jéssica Paes. Evasão escolar é um dos principais problemas da educação no Brasil. Por Jéssica Maes, especial para a Gazeta do Povo, 28/04/2019. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/evasao-escolar-e-um-dos-principais-problemas-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em 11/08/2021.

HIDALGO, Cesar. Why information grows: the evolution of order, from atoms to economies. Basic Books, 2015.

HIMMELFARB, Gertrude. A imaginação moral. São Paulo, Editora É Realizações, 2018.

JORNAL O Estado de São Paulo. Empresas se rendem ao apelo sustentável e competitivo da energia eólica e solar. Reportagem de Renée Pereira e Cleide Silva. Encarte Economia & Negócios. 04 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,empresas-se-rendem-ao-apelo-sustentavel-e-competitivo-das-energias-eolica-e-solar,1178381>. Acesso em 04/07/2021.

LEVIN, Yuval. O grande debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LIMA, Rogério de Araújo. Os Artigos Federalistas: a contribuição de James Madison, Alexander Hamilton e John Jay para o surgimento do Federalismo no Brasil. In REvistq de Informação Legislativa. Brasília, a. 48, n. 192, out/dez de 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/48/192/ril_v48_n192_p125.pdf. Acesso em 17/08/2021.

LOPREATO, J. & T. CRIPPEN (1999). *Crisis in Sociology: The Need for Darwin*. Transaction Publishers, 1999.

MANCUSO, Stefano. The nations of plants. Trad. Gregory Conti. New York - NY, Other Press LLC, 2021.

MATURNA, Humberto e VARELA, Francisco. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas – SP, Editora Psy, 1995.

MENA, Isabela. Verbete Draft: o que é woke capitalismo. In Draft. 02 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.projetedraft.com/verbete-draft-o-que-e-woke-capitalism/>. Acesso em 06/08/2021.

OECD (2015). “Brazil”, in Education at a Glance 2015: OECD Indicators, OECD Publishing All rights reserved. Disponível em <https://www.oecd.org/brazil/Education-at-a-glance-2015-Brazil-in-Portuguese.pdf>. Acesso em 10/09/2020.

PARSONS, Talcott. A estrutura da ação social: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes, vol. I. Petrópolis, Vozes, 2010.

PEYREFITTE, Alain. A sociedade de confiança. Rio, Instituto Liberal, 1999.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro-RJ, Editora FGV, 2009.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. Sul concentra mais da metade dos associados de cooperativas de crédito. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2018/12/sul-concentra-mais-da-metade-dos-associados-de-cooperativas-de-credito/>. Acesso em 12/08/2021.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. In: Sociologia: problemas e práticas. N. 33, Oeiras, set. 2000. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007. Acesso em 02/09/2020.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. São Paulo, FGV, 1996.

REGATIERI, R. P. Teoria da ação e teoria de sistemas em Talcott Parsons e Jürgen Habermas. In Estudos de Sociologia – Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, vol. 2, n. 25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243767>. Acesso em 17/08/2021.

RIOT-SARCEY, Michelle. A democracia representativa na ausência das mulheres. In Estudos Feministas, ano 2, n. 1994, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1994. Disponível em: <file:///C:/Users/55479/Downloads/16108-Texto%20do%20Artigo-49566-1-10-20101105.PDF>. Acesso em 08/08/2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação – SED. Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense. Florianópolis, 2019.

SCRUTON, Roger. Pensadores da nova esquerda. São Paulo, É realizações Editora, 2014.

SILVA, F. X. e **JACOMINI**, M. A. Relação público-privado na educação: produção acadêmica sobre o Instituto Ayrton Senna (2002-2015). In Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 18, n. 58, p. 922-948, jul./set. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/55479/Downloads/24067-44709-1-PB.pdf>. Acesso em 11/08/2021.

SILVEIRA, L. D. da. Demanda empresarial e oferta educacional nos municípios de Canoinhas e Três Barras: a conflagração entre as expectativas de formação para o mundo do trabalho e a educação para o mundo da vida. Dissertação de Mestrado do Programa de Desenvolvimento Regional da UnC. Canoinhas-SC, 2015.

TREVISOL, J. C. R. Território e migração: as migrações recentes no Vale do Itajaí (2005-2018). Dissertação de Mestrado do Programa de Desenvolvimento Regional da FURB. Blumenau-SC, 2019.

USP – Universidade de São Paulo/FEA – Faculdade de Economia e Administração. FEA integra lista das melhores escolas de Ciência Regional do mundo. 06 de agosto de 2013. Disponível em : <https://www5.usp.br/noticias/institucional/fea-integra-lista-das-melhores-escolas-de-ciencia-regional-do-mundo/>. Acesso em 06/08/2021.

VALENTE, J. A., **ALMEIDA**, M. E. B., **GERALDINI**, A. F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em diferentes níveis de ensino. In Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 52, p. 455-478, abr./jun. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/55479/Downloads/9900-20783-1-PB.pdf>. Acesso em 13/08/2021.

VIEIRA, Edson Trajano & **SANTOS**, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. In G&DR, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil.